



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

OFÍCIO SEI N° 288/2020/ME

Brasília, 30 de junho de 2020.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação.

Senhora Primeira-Secretária,

1. Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 1235, de 10.06.2020, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 442/2020, de autoria do Senhor Deputado MARCELO CALERO, que solicita “informações referentes a sua declaração em que equipara os servidores públicos a “parasitas”, promovo os seguintes esclarecimentos.

2. Como se vê, o escopo da solicitação é discorrer sobre razões e conclusões inerentes a alegações por mim aduzidas durante evento realizado no Município do Rio de Janeiro (Seminário do Pacto Federativo), no começo do presente ano. O Sr. requerente do RIC denota que eu teria lançado manifestações aviltantes a categorias do serviço público brasileiro. Sem embargo, **o trecho destacado no referido Requerimento de Informação foi retirado de contexto.**

3. Com efeito, logo após a aludida palestra, esclarecemos por meio de nota^[1] a conjuntura das alegações aduzidas naquele instante:

O Ministério da Economia esclarece que, após reconhecer a elevada qualidade do quadro de servidores, o ministro Paulo Guedes analisou situações específicas de estados e municípios que têm o orçamento comprometido com a folha de pagamento. Durante evento no Rio de Janeiro, ele falou sobre entes da Federação que estão com despesas acima do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Nessa situação extrema, não sobram recursos para gastos essenciais em áreas fundamentais como saúde, educação e saneamento.

O ministro argumentou que o país não pode mais continuar com políticas antigas de reajustes sistemáticos. Isso faz com que os recursos dos pagadores de impostos sejam usados para manter a máquina pública em vez de servir à população: o principal motivo da existência do serviço público. O ministro defendeu uma reforma administrativa que corrija distorções sem tirar direitos constitucionais dos atuais servidores.

O ministro lamenta profundamente que sua fala tenha sido retirada de contexto pela imprensa, desviando o foco do que é realmente importante no momento: transformar o Estado brasileiro para prestar melhores serviços ao cidadão.

4. Ademais, promovi esclarecimentos posteriormente, oportunidade na qual corroborei o contexto acima, enalteci que jamais tive o condão de ofender pessoas, e assim registrei^[2]:

Eu não falava das pessoas, mas sim de casos extremos em que Estados e municípios gastam toda a sua receita com salários elevados de modo que nada sobrava para educação, saúde, segurança e saneamento.

5. Como se vê, em nenhum momento tive a intenção de infirmar a essencialidade dos agentes públicos, atores importantes para o funcionamento adequado da máquina pública e para a prestação de serviços públicos à população. Apenas quis apresentar minha preocupação com o aumento exponencial da despesa pública com pessoal e o consequente risco de estrangulamento do próprio funcionamento da máquina pública, mencionando, para tanto, casos específicos de Estados e Municípios que comprometem quase a totalidade de sua receita com pagamento de salários.

6. Sem embargo da grave crise econômica ocorrida no âmbito da União e, mormente, nos entes subnacionais, há constantes pleitos de aumentos salariais. Contudo, segundo dados da própria Secretaria do Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/CFTmansueto/7612d2db-5681-44b1-acc0-5a703c6a65cf>), 14 (quatorze) Estados apresentam comprometimento de suas receitas correntes líquidas com despesas com pessoal superior ao limite de 60% da LRF. Ainda segundo o referido relatório, “mesmo no auge da crise fiscal, a maior parte dos estados apresentou aumento real na despesa com ativos e inativos, sendo que 9 estados tiveram gastos com pessoal com crescimento real superior a 5% em 2017”.

7. Minha preocupação, como se pode extrair do contexto, não foi a de menosprezar os servidores públicos, agentes inquestionavelmente relevantes para o bem-estar da sociedade, mas sim o de ressaltar o risco de eventualmente termos um Estado em que recursos públicos seriam alocados majoritariamente para atendimento de interesses de um grupo de pessoas, em detrimento da capacidade pública de levar a efeito as atividades finalísticas e fundamentais do próprio Estado para toda a coletividade.

8. Presto, portanto, essas informações.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

PAULO GUEDES

Ministro de Estado da Economia



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia**, em 01/07/2020, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código



verificador **8925982** e o código CRC **9121E5F3**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar - Plano Piloto

CEP 70.048-900 - Brasília/DF

+55 (61) 3412-2524 - e-mail gabinete.ministro@fazenda.gov.br

Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o processo nº 12100.102559/2020-86.

SEI nº 8925982

Ofício 1^aSec/RI/E/nº 1235

Brasília, 10 de junho de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
PAULO ROBERTO NUNES GUEDES
Ministro de Estado da Economia

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhor Ministro,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 404/2020	Deputado Bohn Gass
Requerimento de Informação nº 409/2020	Deputado José Guimarães
Requerimento de Informação nº 411/2020	Deputada Luisa Canziani e outros
Requerimento de Informação nº 412/2020	Deputada Paula Belmonte
Requerimento de Informação nº 428/2020	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 442/2020	Deputado Marcelo Calero
Requerimento de Informação nº 469/2020	Deputado Rubens Bueno
Requerimento de Informação nº 472/2020	Deputado Daniel Trzeciak
Requerimento de Informação nº 486/2020	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 489/2020	Deputada Benedita da Silva

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/DFO



Ofício 1^aSec/RI/E/nº 1235

Brasília, 10 de junho de 2020.

equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,

Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/DFO



Documento assinado por: Dep. Soraya Santos
Selo digital de segurança: 2020-QPDH-KQVX-OPOV-FRZE.